FGV DIREITO SP

MESTRADO PROFISSIONAL

Eficiência Jurídica e Tecnológica na Recuperação de Créditos: Um Estudo Interdisciplinar

Mariana Zonenschein

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Orientador: Profº Luciano de Souza Godoy

Versão de 31.01.2025

Projeto de Pesquisa

Título: Eficiência Jurídica e Tecnológica na Recuperação de Créditos: Um Estudo Interdisciplinar

Autor: Mariana Zonenschein

Versão: 31.01.2025

1. Tema, Contexto e Delimitação de Escopo

Contextualização e Recorte Temático: O Brasil enfrenta um aumento na inadimplência e nos pedidos de recuperação judicial. De acordo com estudo publicado pela *CNN Brasil* (2024), o risco de inadimplência das empresas brasileiras chegou ao maior nível da série histórica da FTI Consulting em 2024, ano finalizado com 4.408 empresas em situação recuperacional. Além disso, segundo o jornal *Valor Econômico* (2025), o aumento expressivo dos juros está acelerando os processos de reestruturação de empresas endividadas, criando um cenário de pressão adicional sobre os mecanismos de recuperação judicial. Esse cenário ressalta a urgência de soluções eficientes para mitigar os riscos associados ao crédito e aumentar a previsibilidade nas relações contratuais, sendo certo que a recuperação de créditos é fundamental para a estabilidade do sistema econômico e para preservação da segurança jurídica. Este estudo objetiva expandir a análise sobre a execução e o cumprimento de sentenças judiciais, com foco não apenas nos operadores do direito, mas também nos credores, principais interessados no êxito de suas cobranças. A eficiência do sistema de recuperação impacta positivamente a circulação de riquezas. Estudos publicados pelo *Correio Forense* indicam que a taxa média de recuperação de créditos no Brasil é de 18,2 centavos por dólar, bastante inferior à média mundial de 36,9 centavos. Nesse cenário, além das estratégias contratuais e processuais, impõe-se seja utilizadas tecnologias como inteligência artificial (IA) para apurar, com acurácia e rapidez, dados sobre ativos, bem como provas sobre tentativas de ocultação de bens, fraudes e formação de grupos econômicos, otimizado a recuperação de créditos. Além disso, métodos como o *asset tracing* e o papel de *Third-Party Finance* e dos Fundos de Investimento lastreados em créditos estressados (*distressed funds*) devem ser avaliados como alternativas capazes de otimizar a recuperação de créditos no contexto jurídico brasileiro. A proposta busca articular as perspectivas do Direito, Economia e Tecnologia, destacando a interseção dessas áreas na formulação de soluções práticas e inovadoras.

Impacto Macroeconômico: A ineficiência na recuperação de créditos tem impactos macroeconômicos na medida em que, com a redução da confiança no mercado, há aumento de custo do crédito e desaceleração de investimentos. A falta de previsibilidade nos processos de recuperação de créditos pode desincentivar credores e investidores, afetando o crescimento econômico de forma negativa. Consequentemente, o aumento da eficiência beneficia não só os credores, mas também a estabilidade econômica do país.

Questão Central de Pesquisa: De que forma o design contratual, as estratégias processuais e tecnologias emergentes podem ser aplicados para otimizar a recuperação de créditos no Brasil?

Metodologia: Pesquisa em formato de resolução de problema, com abordagem interdisciplinar que integra Direito, Economia e Tecnologia. Os seguintes métodos serão utilizados:

- Análise de casos concretos: seleção de casos de recuperação judicial de grande porte, com análise de estratégias empregadas por credores e os resultados alcançados.
- Entrevista com profissionais: realização de consulta com advogados, juízes, economistas e desenvolvedores de sistemas tecnológicos de busca de ativos e informações de devedores para obtenção de insights práticos.
- Jurisprudências e Doutrina: análise de decisões judiciais e literatura acadêmica sobre a matéria em estudo.

2. Quesitos e Fontes de Pesquisa

Quesitos:

- Qual é a relevância do design contratual para mitigar riscos na recuperação de créditos?
- Quais ferramentas de direito material previstas em contrato alavancam as chances de efetividade na recuperação do crédito? Um *overview* sobre garantia fiduciária

e coobrigados pela dívida no âmbito de empresa devedora sob recuperação judicial.

- Como as medidas processuais adequadas podem ser adaptadas para aumentar a previsibilidade e reduzir custos? A aplicabilidade da preliminar sobre foro aleatório; incidentes de desconsideração da personalidade jurídica e medidas atípicas, seus respectivos impactos e riscos no âmbito da recuperação de crédito eficaz.
- Qual impacto do uso de tecnologias emergentes para na identificação e recuperação de ativos e no *asset tracing* (investigação e rastreio de bens e direitos)?
- Como a atuação de Terceiros Financiadores de Litígios (*Third-Party Finance)* e de Fundos de Investimento lastreados em créditos estressados (Distressed Assets) podem se integrar às estratégias de recuperação de crédito aumentando a liquidez no mercado?
- De que forma a integração entre Direito, Economia e Tecnologia pode aprimorar as estratégias de recuperação de crédito?

3. Contextualização Fática

Realidade Subjacente

O aumento da inadimplência no Brasil e a crescente complexidade das relações contratuais impõem desafios ao sistema judicial e aos credores. A falta de gatilhos contratuais favoráveis, a judicialização excessiva e a morosidade processual agravam o problema, tornando crucial o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes, como a integração de design contratual, práticas tecnológicas, *asset tracing* e atuação estratégica, aptos a demonstrar resultados positivos na amplificação dos resultados de recebimento de créditos.

Repercussões do Problema

- Impactos diretos na sustentabilidade econômica das empresas.
- Aumento de custos operacionais e judicialização sem a devida estratégia.

- Riscos de prejuízos inerentes ao processo, agravados pela ausência de práticas consolidadas de rastreamento de ativos e pela falta de liquidez no mercado de créditos.
- Potencial perda de oportunidades de negócios e escalabilidade, caso os credores não contem com ferramentas adequadas para efetiva recuperação.

4. Referencial Teórico-Normativo

Legislação Aplicável:

- Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências).
- Lei nº 14.879/2024 (novas diretrizes para eleição de foro).
- Código Civil Brasileiro.
- Código de Processo Civil Brasileiro.

Entendimentos Relevantes:

- **Teoria do Design Contratual** e sua aplicação para minimizar litígios (Bravo, 2022).
- **Uso de IA e *big data*** como ferramentas para otimizar a recuperação de créditos, inclusive na investigação patrimonial voltada ao *asset tracing*.
- **Jurisprudência relevante** sobre nulidade de eleição de foro; responsabilidade de coobrigados; execução de garantia em casos de recuperação judicial; medidas atípicas e desconsideração da personalidade jurídica: os mecanismos que dão eficiência à execução e seus respectivos riscos.
- **Intersecção entre Direito e Economia**: aplicação de abordagem consequencialista, que avalia os impactos econômicos das decisões jurídicas (Pargendler; Salama, 2021).
- ***Third-Party Finance* e Fundos de investimento em créditos estressados (*distressed funds*)**: veículos que possibilitam maior liquidez ao mercado de créditos, contribuindo para o reequilíbrio financeiro e viabilizando a satisfação de credores originais.

5. Relevância Prática, Caráter Inovador e Potencial de Impacto

A ineficiência na recuperação de créditos é agravada pela falta de gatilhos contratuais favoráveis, morosidade processual, dificuldade de monitoramento dos ativos do devedor, escassez de informações e de estratégias consolidadas. O presente estudo busca agregar metodologia à forma como se aborda e atua em recuperação de créditos no Brasil, integrando Direito, Economia e Tecnologia e propondo estratégias que transcendem soluções convencionais, fomentando a eficiência e a previsibilidade no sistema jurídico e econômico.

6. Familiaridade com o Objeto da Pesquisa

A autora possui experiência consolidada na área de recuperação de créditos, atua diretamente em casos práticos que envolvem tanto negociações contratuais como estratégias processuais e utilização de inteligência artificial e tecnologia para maximizar a eficiência dos recebimentos por seus clientes. Essa vivência, já publicada em artigos pela imprensa, permite uma análise dos desafios enfrentados por credores e oferece uma base empírica robusta para o desenvolvimento do presente estudo. Ainda assim, reconhece-se a possibilidade de vieses derivados dessa familiaridade, que serão mitigados por meio de um enfoque metodológico e consulta a fontes diversificadas, como especialistas de outras áreas.

7. Recomendação de Ação Prática

Solução Proposta

- **Elaboração Contratual com Integração de Clausulados em Linguagem Simples e Design Visual (Legal Design)**: inclusão de garantias, coobrigados e foros de eleição suplementares em caso de declaração de nulidade do inicialmente escolhido pelas partes.
- **Utilização de Ferramentas Baseadas em IA e *Big Data* para Rastreamento de Ativos e Indícios de Fraude**: aplicação de *asset tracing* e tecnologia forense para localizar bens no Brasil e no exterior, aumentando a eficácia da execução e ofertando conveniência competitiva aos credores.
- **Criação de Métricas de Desempenho**: avaliação contínua da eficiência das medidas propostas, como redução no tempo médio de recuperação de crédito.

- **Integração com** *Third-Party Finance* e **Fundos de Investimento em Créditos Estressados**: avaliação da viabilidade de alienar, de forma parcial ou integral, carteiras de dívidas, proporcionando estrutura especializada para reestruturar ou cobrar ativos problemáticos, além de liquidez imediata ao credor.
- **Integração de Análises Econômicas e Financeiras ao Processo Decisório:** promover maior previsibilidade e alinhamento com as práticas de mercado, fomentando um ambiente mais seguro para a celebração de negócios.

8. Conclusão

Principais Contribuições

- **Integração de Elementos Teóricos e Práticos**: O estudo consolida perspectivas de design contratual, estratégias processuais e *asset tracing*, aliadas ao uso de IA e análise de dados, para potencializar a recuperação de créditos.
- **Fortalecimento do Papel do Direito na Segurança Econômica e Previsibilidade Processual**: Ao abordar ferramentas contratuais, processuais e tecnológicas, o trabalho evidencia como a atuação jurídica pode ser instrumental para a redução de custos e riscos na inadimplência.
- **Contribuição para o Aprimoramento de Políticas Empresariais**: Fundamentada em estudos empíricos e análises consequencialistas, a pesquisa traz subsídios para boas práticas de recuperação de ativos.
- **Conexão Interdisciplinar entre Direito, Economia, Finanças e Tecnologia**: Propostas mais abrangentes e inovadoras, que podem repercutir na criação de um mercado mais eficiente, com maior transparência e rapidez na satisfação dos créditos.

9. Bibliografia Preliminar

1. CNN Brasil. "Risco médio de inadimplência das empresas brasileiras atinge recorde, aponta estudo." Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/risco-medio-de-inadimplencia-das-empresas-brasileiras-atinge-recorde-aponta-estudo/. Acesso em: 14.01.2025.
2. Valor Econômico. "Aumento forte dos juros deverá acelerar reestruturação de empresas endividadas." Disponível em: https://valor.globo.com/google/amp/impresso/noticia/2025/01/06/aumento-forte-

dos-juros-devera-acelerar-reestruturacao-de-empresas-endividadas.ghtml. Acesso em: 14.01.2025.
3. RGF Associados. "Monitores RGF." Disponível em: https://rgfassociados.com/monitores-rgf/. Acesso em: 14.01.2025.
4. CORREIO FORENSE. "O desafio da recuperação de créditos no Brasil." Disponível em: https://www.correioforense.com.br/colunas/o-desafio-da-recuperacao-de-creditos-no-brasil/. Acesso em: 15.01.2025.
5. Folha de S.Paulo. "Credor de empresa em recuperação judicial busca alternativas para receber dívidas." Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/credor-de-empresa-em-recuperacao-judicial-busca-alternativas-para-receber-dividas.shtml. Acesso em: 14.01.2025.
6. VALOR. **Tecnologia acelera busca e localização de ativos escondidos**. *Valor Econômico*, 24 jun. 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/patrocinado/deloitte/impacting-the-future/noticia/2020/06/24/tecnologia-acelera-busca-e-localizacao-de-ativos-escondidos.ghtml. Acesso em: 16.01. 2025.
7. BRAVO, Analluza. *Teoria do Design Contratual*. São Paulo: Editora FGV, 2022.
8. DANTAS, Diógenes A. *Legal as a Startup: Como a Gestão Jurídica Inovadora Pode Impactar nos Resultados da Empresa?* São Paulo: FGV Direito SP, 2024.
9. PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno. "Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método." *Revista de Análise Econômica do Direito*, 2021.
10. ERNST & YOUNG. *Global Distressed Debt Outlook*. Londres: EY, 2021.
11. MISHKIN, F. S. *Economics of Money, Banking, and Financial Markets*. 12. ed. Nova York: Pearson, 2019.
12. RODRIGUES, O.J. *Desconsideração da Personalidade Jurídica e Processo.* 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.
13. CAVALLI, A. B. *Economia dos custos de transação e governança corporativa na recuperação de crédito*. São Paulo: Editora FGV, 2020.
14. COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. *Economica*, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.
15. WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. *The Journal of Law and Economics*, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979.
16. WILLIAMSON, O. E. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: The Free Press, 1985.
17. LOPES, Felipe dos Santos. *A execução dos créditos não sujeitos a recuperação judicial.* In: WAISBERG, Ivo; RIBEIRO, José Horácio H. R.; SACRAMONE, Marcelo Barbosa (Coord.). *Série Direito Comercial Moderno.* São Paulo: Quartier Latin, 2024.
18. ADAMEK, Marcelo Vieira von; CONTI, André Nunes (Coord.). *Desconsideração da personalidade jurídica: pressupostos e consequências.* São Paulo: Quartier Latin, 2024.

10. **Cronograma**

	2025												**2026**			
Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	Horas

Revisão bibliográfica																90h
Coleta de dados e decisões																60h
Análise de dados e estudo de caso																120h
Redação preliminar																80h
Revisões e ajustes																40h
Conclusão e entrega																20h